
O “ELDORADO” AFRICANO E AS RIVALIDADES IMPERIAIS NO JORNAL OITOCENTISTA «*O Districto da Guarda*»

José Luís Lima Garcia*



O Mapa Cor-de-Rosa na Imprensa escrita da Guarda.
Fonte: Jornal *O Districto da Guarda* n.º648, 3 de Agosto de 1890

O JORNAL *O Districto da Guarda* era um semanário do Centro Progressista da cidade mais alta de Portugal que se publicou entre 1878 e 1938, durante décadas de acontecimentos políticos que vão, desde o final da Monarquia, ao aparecimento do Estado Novo. Impresso inicialmente nas tipografias de “Viriato Ângelo” (1878) e “Egitani-

*Investigador Integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra.

© 2017, José Luís Lima Garcia.

© 2017, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo deste artigo está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e do(s) seu(s) autor(es). O artigo, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

ense” de G. Batoréo (1878-1883), depois desta última data encontrou gráfica própria, a tipografia do “Distrito da Guarda”, tendo-se publicado ininterruptamente durante cinquenta e cinco anos nesta “oficina”, comprada em Lisboa ao escritor gouveense Eduardo Barros Lobo¹. Sendo um semanário que se publicava ao fim-de-semana, primeiro ao Domingo, depois ao Sábado, a partir de 1913, para deixar de concorrer com os outros jornais guardenses, passou a publicar-se à Quinta-Feira. No período que analisamos, final da Monarquia, início da República, foram seus Directores Francisco Sá de Albergaria, Bernardo Xavier Freire, António Fonseca, José Gaspar Cabral e Francisco dos Prazeres.²

Apesar de se ter mantido fiel ao liberalismo parlamentarista monárquico, o *Districto da Guarda* acompanhou nestes sessenta anos de vida a evolução política do país e da opinião pública dos homens mais avançados da sua cidade, tornando-se depois de 1910 órgão do Centro Republicano “Pátria” (6-11-1910), do Centro Evolucionista da Guarda (4-8-1912), das Comissões Políticas do Partido Republicano Nacionalista da Guarda (4-11-1923), das Comissões Políticas da União Liberal Republicana da Guarda (21-3-1926), terminando como órgão independente da Tipografia do “Distrito da Guarda”, a partir de 7 de Janeiro de 1934. Esta feição liberal e parlamentarista, de cariz monárquico e republicano, não impediu que a redacção do jornal, já numa fase decadentista e quando o regime do Estado Novo caminhava apoteoticamente para o seu esplendor nacionalista com a aprovação da Constituição de 1933, passasse, em 1938, a ser o órgão oficial da União Nacional na cidade. Para preservar ideologicamente o passado “progressista” do periódico optou-se por

¹ J. Pinharanda Gomes, *Memórias de Riba Côa e da Beira Serra – 4 – A Imprensa da Guarda (Subsídios)*, Braga, Editora Pax, 1983 (1ª Edição), pp.71-74, especialmente p.71.

² *Idem, Ibidem.*

uma situação intermédia, que visava a sua recuperação financeira. Assim, deixou de se publicar tendo a sua tipografia, com os operários incluídos, sido vendida ao *Correio da Beira*, onde no Largo João de Almeida, junto do complexo social da Misericórdia, se passou a editar, agora, ao serviço da União Nacional.

Liberal e nacionalista o *Districto da Guarda* na fase final da Monarquia foi sempre um órgão de comunicação social contra o Partido Regenerador, tendo estado na primeira linha das diversas manifestações nacionalistas que a nível local defendiam um Portugal grande e imperial, com a apologia e a defesa intransigente dos interesses portugueses fora da Europa, nomeadamente em África, onde a ideologia progressista pensava ir encontrar novos “Brasis” que compensassem a perda da mais querida e idolatrada possessão americana, “perdida” para os seus cidadãos locais, a partir de 1822, com a independência que a revolução de 1820 facultara. Assim, o jornal guardense, neste hiato de tempo, deu espaço à edição de um número especial dedicado a Luís de Camões, poeta e autor da epopeia os *Lusíadas*, qual guião “sagrado” das memórias venturosas de um pequeno e humilde povo que, no início da época Moderna, peregrinou pelas mais remotas regiões que estavam para além da Taprobana, antecipando e tornando banal a ideia universalista de mundialização. Desta forma, neste número colaboraram várias individualidades de projecção local e nacional, como Abel Augusto de Sousa, Alberto Costa Faro, Fernando Mouzinho de Albuquerque, José Augusto Barbosa Collen, Manuel Emídio da Silva e muitos outros a quem na altura o jornal pedira colaboração³.

No seguimento do interesse que o jornal guardense dava às colónias podemos comprová-lo com os artigos que o periódico publicou, no período que antecedeu o conflito com a Grã-Bretanha e a crise gerada com o Ultimato. Deste modo, logo no n.º 568, de 20 de Janeiro de 1889, o *Districto da Guarda* publicava um artigo sobre “as nossas colónias” em que destacava o desenvolvimento de cada uma delas, desde a África Ocidental até Timor, em que ressaltava essa “prosperidade” depois de um “estacionamento vergonhoso que durou séculos”⁴. Aliás, este interesse pelo património colonial não

³ *Idem, Ibidem*, p.72. De referir que Fernando Mouzinho de Albuquerque era descendente da nobre família beirã dos Albuquerques, nasceu no Fundão, em 1817, foi oficial do exército, deputado às Cortes, escritor e jornalista, tendo publicado poesia e artigos de opinião, entre outros, nos jornais *A Revolução de Setembro* e o *Leiriense*, do qual foi um dos fundadores.

⁴ Vide artigo «As nossas colónias» in jornal *O Districto da Guarda*, n.º 568, de 20 de Janeiro de 1889.

era só apanágio de Portugal mas de outras metrópoles, como se depreendia por um outro artigo no mesmo número deste jornal em que o articulista afirmava: «As atenções da Europa desviam-se hoje para a África. Não há nação alguma que não pretenda possuir alguma coisa; e as que ainda nada adquiriram esforçam-se por se adiantarem às outras».⁵ E Portugal, apesar de pequena metrópole colonizadora, continuava a merecer alguma atenção por parte dos seus rivais, nomeadamente da Alemanha e da Grã-Bretanha, a ponto do Governo de Lisboa ter sido convidado para cooperar no bloqueio contra os países e entidades que continuavam a praticar o comércio ilegal de escravos. Apesar desse reconhecimento formal e da aceitação das suas possessões por parte da Europa, o articulista do jornal guardense considerava que alguns estados, como a Grã-Bretanha, continuavam a emitir “injúrias grosseiras”, nos principais órgãos de comunicação social dos seus países.

Desta forma, a opinião pública portuguesa estava ciente da situação de atraso de algumas das mais pequenas e longínquas possessões do Oriente, a ponto do *Districto da Guarda* reconhecer que, no caso de Timor, não valeria a pena fazer grandes investimentos e até, em caso extremo, acalentar mesmo a possibilidade de saída: «Todavia algumas há que se conservam ainda um tal atraso e abatimento, que melhor seria abandoná-las para nos pouparmos à acusação vulgar de colonizadores ineptos. Sucede isto com a ilha de Timor, que realmente está longe da metrópole, quase sem relações com o continente, sem movimento comercial nem agrícola, apenas vivendo da cultura do café que ainda se exporta em pequena escala. Ora esta ilha era susceptível de prosperar e de progredir, mas devia pertencer a um país que tivesse uma marinha mercante regular, afim de este ter estreitas relações com a colónia, e que pudesse dispor de capitais para impedir o contrabando que entra por todas as partes da ilha, para construir estradas e vias de comunicação, e dirigir para aí a emigração com garantias suficientes. Agora compreendendo-se que é impossível a realização dos melhoramentos indicados pelo governador, seria mais patriótico vendê-la, e aplicar o produto ao melhoramento dos nossos domínios africanos a que se dirigem actualmente todos os nossos cuidados e esforços»⁶.

Também, o relacionamento específico com a ilha aliada inglesa foi motivo de análise no *Districto da Guarda* tendo o periódico guardense

⁵ “Os Europeus na África”, *Ibidem, O Districto da...n.º* 568, de 20 de Janeiro de 1889.

⁶ «As Nossas Colónias», *Ibidem*.

abordado, a 17 de Março de 1889, a problemática da rivalidade imperial entre estas duas metrópoles que mantinham uma aliança multissecular, desde os finais do século XIV. Deste modo, no n.º 576 deste jornal beirão, o articulista num artigo intitulado “Portugal e Inglaterra na África” passa à lupa as relações entre estes dois países, reafirmando para a opinião pública o recente mito de um “império lusitano”, na África Austral, tal como vinha cartografado nos mapas que assinalavam a esfera de influência de Lisboa entre as possessões ocidentais de Angola e as orientais de Moçambique, num documento que acompanhava as convenções luso-francesas e luso-alemãs de 1886 que pretendia reconhecer diplomaticamente os direitos históricos de Portugal sobre esses territórios. O jornalista do *Districto da Guarda* recorria mais uma vez aos argumentos tradicionais da ameaça da “pérfida” Grã-Bretanha, sempre desejosa de «nos expulsar de muitas das regiões da África Oriental» à revelia daquilo que o articulista considerava a soberania herdada «não só por direito histórico, mas pela influência incontestável que nelas exercemos»⁷.

De facto, o alarme desta “ameaça” inglesa começara a soar quando nos inícios do mês de Março de 1889 a imprensa (portuguesa e estrangeira), começara a transcrever os boatos de que Londres pretendia reivindicar, para alimentar o seu ambicioso projecto imperial, os territórios africanos compreendidos entre as cidades do Cabo e do Cairo, reclamando para isso vastas parcelas situadas entre o lago Niassa e a bacia do rio Zambeze, no *hinterland* de Moçambique. Segundo o jornal guardense, e numa antevisão catastrófica para o projecto imperial português, se este desiderato se realizasse, as possessões lusas ficariam perdidas para sempre. A este propósito o *Districto da Guarda* afirmava: «reduzidas à costa de Angola e de Moçambique, e correndo-lhe pelo meio as colónias e missões inglesas, podemos perder a esperança a esperança à constituição do futuro império lusitano, que fosse das margens do Atlântico à foz do Zambeze»⁸. Para combater esta ameaça de “invasão” do património territorial luso da África Austral, o articulista propunha, em alternativa, que Lisboa adoptasse uma estratégia defensiva assente em três pressupostos: «a aliança ou confederação com as repúblicas dos bóeres, ligando os nossos portos da costa com as capitais daqueles estados,

⁷ Vide «Portugal e Inglaterra na África» in jornal *Districto da Guarda* n.º 576, de 17 de Março de 1889.

⁸ *Idem, Ibidem, Districto da...,* n.º 576, de 17 de Março de 1889.

contratando uma liga política, financeira e económica com elas; construindo linhas férreas nas margens do Zambeze e do lago Niassa, pondo a costa em comunicação com o interior; e finalmente dirigindo a emigração que vai morrer no Brasil, para aquelas férteis e ricas regiões»⁹.

No seguimento destas ideias para combater a ameaça inglesa nos trópicos avançadas pelo *Districto da Guarda* em Março de 1889, este periódico avançava no mês seguinte com novas medidas desenvolvimentistas para consolidar a presença de Lisboa nestas regiões. Assim, o jornal num artigo intitulado “Notícias de África” considerava que era urgente ligar com uma linha férrea Pretória, no *hinterland* do Transval, ao porto de Lourenço Marques, no sul de Moçambique, e não à província inglesa do Natal, contrariando as diligências encetadas pelo ministro da Marinha e Ultramar, Pinheiro Chagas, ao atribuir facilidades tarifárias ao americano Mac Murdo, e neste sentido desviar o tráfego do “corredor” ferroviário português para o de sua “Majestade” britânica. Desta forma, o articulista empenhava-se para que rapidamente as autoridades lusas abandonassem a letargia a que tinham votado o seu património colonial e se decidissem de uma vez por todas a transformar e desenvolver estas regiões tropicais, como aliás se poderia depreender das palavras do redactor deste jornal: «Ou se abandona Lourenço Marques, inútil sem aquela linha férrea, ou o nosso governo, que tão solícito se tem mostrado pela prosperidade das nossas colónias, se empenhe por terminar com essas delongas e se meta com energia e sem fraqueza na construção daquela linha, fazendo desaparecer os inconvenientes que têm resultado da imprevidência inqualificável do Sr. Pinheiro Chagas»¹⁰.

Mas este jornal enumerava ainda outras medidas fomentistas para o reforço da colonização e ocupação destes territórios do Ultramar. Informava os seus leitores que a intervenção do Governo de Lisboa não se fazia só pela negativa, como era o exemplo da incúria na construção do caminho-de-ferro para o Transval, mas que havia outras boas notícias relativamente a novos projectos e obras no norte de Moçambique, que revelavam que esta região não estava esquecida das autoridades metropolitanas. Assim, assistia-se, segundo o redactor guardense, a um momento de azáfama e progresso junto da baía de Túngué, parcela que em 1888 Portugal havia reclamado como fazendo parte do território nacional e onde se tinham estabelecido

⁹ *Idem, Ibidem.*

¹⁰ «Notícias de África», *Ibidem, Districto da...,* n.º 582, de 28 de Abril de 1889.

muitos negociantes e agricultores. Estava prevista também a construção de um caminho-de-ferro que deveria unir zonas tão importantes e estratégicas como a Zambézia e o planalto do Niassa. Igualmente, o ministro da Marinha e do Ultramar de então, apresentara no Parlamento alguns projectos-lei que visavam aumentar as potencialidades da Marinha na defesa das diversas possessões coloniais portuguesas espalhadas pelo Mundo, isto porque, segundo o redactor do *Districto da Guarda*, «...não concebemos que se possam actualmente ter colónias sem meios de defesa»¹¹.

De facto, a negligência e o abandono era prática generalizada nas diversas possessões portuguesas espalhadas pela África e pela Ásia e, no caso do norte Angola, esta incúria era gritante a ponto de o jornal afirmar que «...onde a nossa influência é mais contestada, onde é preciso caminhar depressa, tem quase que abandonado o Congo Português...Cabinda, por exemplo, uma das principais povoações daquele distrito, e que pode ter no futuro grande importância comercial, é dominada, pode dizer-se por ingleses, cuja língua é falada ali...Os portugueses que desempenham cargos públicos em S. Salvador têm somente para os defender 8 pretos, resto de um destacamento de 42 soldados, os quais fugiram, ficando simplesmente aqueles»¹². Esta passividade de Portugal face às suas colónias era um bom pretexto para que outras metrópoles mais ambiciosas pudessem começar a cobiçar o património ultramarino de Lisboa. No cerne deste interesse pela corrida a África estavam sobretudo questões económicas e sociais. Assim, a procura de matérias-primas e de mercados fora uma constante para os países europeus materialmente mais evoluídos, depois da eclosão da Revolução Industrial, a partir dos finais do século XVIII. E esta procura estendeu-se também a outros continentes, daí que países como os Estados-Unidos e o Canadá se tivessem tornado rivais da sua antiga metrópole colonizadora. E a perda deste protagonismo universal tornou a Grã-Bretanha mais vulnerável, a ponto do antigo grande império de “Sua Majestade” poder perder o controlo do comércio que fazia com as repúblicas americanas, deixar de administrar as “coisas do Indostão” e ver escapar-se a influência sobre a remota Austrália.

Na opinião do redactor do *Districto da Guarda* a sobrevivência política e económica britânica estava em causa face à nova conjuntura e ao aparecimento de outras hegemónias e de outros impérios,

¹¹ *Idem, Ibidem*

¹² Vide «África» in jornal *Districto da Guarda*, n.º 612, de 24 de Novembro de 1889.

pelo que Londres para se defender destas novas ameaças teria de se tornar mais agressiva face às metrópoles mais pequenas que não cumpriam com as normas do novo direito internacional e que continuavam a ter para com as suas possessões uma atitude de negligência e de passividade, convencidos de que o direito histórico de descoberta serviria para encobrir estas situações de marasmo e de incompetência colonizadora. Deste modo, para o jornalista guardense a luta “pela vida” da Grã-Bretanha levava-a a virar-se para o continente africano, numa ânsia de colmatar a perda de influência em territórios de outros continentes. Neste sentido, para o articulista esta viragem política seria estrategicamente uma atitude de manter o *status quo* anterior à custa das metrópoles mais pequenas, como se poderá depreender das palavras do progressista *Districto da Guarda*, em Dezembro de 1889: «A Inglaterra vê pois a América e Austrália a escaparem-se-lhe qualquer dia, o solo indiano treme-lhe debaixo dos pés, a sua indústria luta com uma concorrência terrível e invencível; por isso a luta pela vida obriga-a a procurar na África os territórios que lhe vão escapando. Não querendo medir-se com países fortes como a Alemanha e a França, que têm interesses na África, e que não a receiam, a forte e generosa Albion pretende salvar-se à custa da sua velha amiga, habituada a ser constantemente explorada»¹³.

A decadência do colonialismo britânico, na perspectiva do jornal guardense, devia-se ao facto da Grã-Bretanha, a tradicional exploradora de possessões que se começavam a autonomizar, se virar para a sua aliada portuguesa, sabendo de antemão que esta potência “amiga”, como mais fraca, seria sempre a eterna perdedora dos confrontos políticos que viesse a travar com esta metrópole imperialista agora em crise. Este pressuposto levaria o articulista do jornal a arriscar a pergunta subreptícia sobre quem iria vencer esta luta entre “David e Golias”: Portugal ou a Grã-Bretanha? Não devendo arriscar prognósticos, o jornalista do *Districto da Guarda* avançava com uma previsão pessimista para Portugal e que era resultado do conhecimento que tinha dos recursos e das potencialidades das ilhas britânicas. E assim, em nome da opinião pública da região que representava, afirmava: «estamos convencidos, para quê encobri-lo, que nesta luta de interesses onde domina a força, Portugal há-de perder. A negligência e indolência de nós todos contrasta com a actividade e energia

¹³ Vide «Os Portugueses e Ingleses na África» in jornal *Districto da Guarda*, n.º 614, de 8 de Dezembro de 1889.

dos Bretões que além disso compreendem melhor do que nós como o futuro é escuro e nebuloso»¹⁴.

E de facto esta premonição de um futuro “escuro” e “nebuloso” acabaria por se cumprir no início do ano de 1890, como um dos mais desonrosos e humilhantes acontecimentos da história coeva de Portugal. A nota enviada pelo Governo inglês, chefiado por lorde Salisbury, ao Governo de Lisboa, exigindo a retirada das forças militares do major Serpa Pinto da região do Chire, em Moçambique, tinha a data de 11 de Janeiro de 1890. Portugal ainda não esquecera os festejos da aclamação do rei D. Carlos, a 28 de Dezembro de 1889, como sucessor de D. Luís, que reinara durante vinte e oito anos, e já se defrontava quinze dias depois com uma das mais importantes e decisivas crises do regime monárquico, que iria abrir caminho à revolta republicana frustrada do 31 de Janeiro de 1891 e estivera na origem da queda do regime da dinastia de Bragança, a 5 de Outubro de 1910. O *Districto da Guarda* acompanhara a aclamação do penúltimo rei de Portugal e do ponto mais alto da Beira analisava com expectativa a difícil conjuntura política que esperava o monarca nos primeiros dias do seu reinado, especialmente no que se referia à manutenção e salvaguarda de um império colonial cada vez mais cobiçado pela voracidade das grandes metrópoles europeias, como era agora o caso com a chantagem diplomática do Governo de Londres. A propósito das expectativas trazidas com a sucessão de D. Luís, o articulista do *Districto da Guarda* chamava a atenção para o momento que se vivia e para a necessidade última da preservação desse último império africano, como se depreenderia das palavras do redactor deste jornal: “«É necessário, porém, reconstituir um novo império colonial, resto das nossas antigas glórias e explorações. Este império agora é o último, nem já podemos ter outro, vale bem o Brasil e a Índia. E o Sr. D. Carlos, fiel às gloriosas tradições da dinastia de Bragança, deve inaugurar o seu governo salvando e civilizando a África, como os seus antepassados salvaram e civilizaram o Brasil. Disso depende a nossa independência, o nosso respeito na Europa e talvez a conservação das instituições monárquicas em Portugal, porque certamente o país abandonaria a dinastia que não conservasse os territórios que de direito lhe pertencem, e indiferente a tudo, porque já não via condições de vitalidade, ou aceitaria sem reagir às consequências

¹⁴ *Idem, Ibidem.*

de um pronunciamento republicano, ou os funestos resultados de uma incorporação»¹⁵

Entretanto, este jornal publicava, dois meses e meio depois da declaração do Ultimato, um forte libelo, a que deu o nome de “Roubados e desonrados”¹⁶, em que atacava as pretensões hegemónicas britânicas e ainda o Governo de Lisboa, por ter sido o responsável moral pela atitude inglesa de usurpar a Portugal as regiões moçambicanas do Chire e da Machona. Mas o jornal do Partido Histórico da Guarda atribuía a humilhação desta atitude inamistosa de Londres sobretudo à política interna e à maneira desastrada como o Partido Regenerador conduzira a política externa, contrariando, segundo o periódico em análise, as diligências tomadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique de Barros Gomes, entre 1886 e 1890, durante a presidência de José Luciano de Castro. E o articulista do *Districto da Guarda* passava a enumerar as situações em que os regeneradores se mostraram subservientes para com a sua aliada inglesa, desprezando as iniciativas patrióticas do Partido que na Guarda tinha como órgão o mesmo jornal que agora invectivava contra aqueles que impediram o Governo de Luciano de Castro de recorrer à arbitragem de outras potências para pedir a execução do artigo 12º, da Conferência de Berlim, proporcionando, à revelia do direito internacional, que um país pudesse unilateralmente ditar uma ordem que punha em causa a soberania portuguesa, numa vasta região do *hinterland* de Moçambique. Nesse contexto, o periódico da Guarda afirmava: «Condenou a imprensa semelhante política, presentindo-lhe os perigos. Mas os regeneradores respondiam com insultos ao Sr. Barros Gomes, e gabando-se de conseguirem da Inglaterra tudo o que quisessem. Desceu o governo a baixezas miseráveis; abafou violentamente os protestos do povo; declarou ao embaixador inglês que nada valiam as manifestações patrióticas, nem tinha importância a guerra comercial; impediu a embaixada de Maputo de vir tão depressa como desejava, com receio de desagradar à Inglaterra; comprou o Sr. Barjona por 100 contos de réis para tratar a questão em Londres, um homem que apesar do seu talento, era o menos próprio para tão grave assunto, pois que nunca estudou assuntos coloniais nem ao menos inglês sabia. O Sr. Barjona em Londres é desprezado pelo Salisbury que lhe declara por boas palavras que não estava para o

¹⁵ *Vide «A Aclamação»* in jornal *Districto da Guarda*, de 29 de Dezembro de 1889.

¹⁶ *Vide «Roubados e desonrados», Ibidem, Districto da...,* de 23 de Março de 1890.

aturar; apesar disso tudo, o governo, sempre baixo, sempre subserviente, mantém o cônsul do Porto, que nos insultou cobarde e traiçoeiramente. E, depois destes e de outros actos de baixeza e de submissão, a Inglaterra que achava mole foi ocupando os territórios disputados, não esperando sequer que a questão se resolvesse»¹⁷.

Com a capitulação e a cedência às ameaças de guerra da Grã-Bretanha, Portugal viveria as semanas mais amargas e desesperantes da sua história recente. Dissipara-se a utopia de ter um vasto território a unir Angola, na costa Atlântica, a Moçambique, no oceano Índico. A opinião pública lusa inicia uma clamorosa campanha contra tudo o que dizia respeito às ilhas de sua “Majestade”. A moral e a auto-estima dos portugueses desceram aos níveis mais baixos do que era possível numa personalidade colectiva. O pessimismo e a raiva levaram a que os habitantes deste pequeno país se questionassem sobre a possibilidade de continuarem a viver com dignidade e honra, depois deste acontecimento tão traumático. Segundo o *Districto da Guarda* havia quem vislumbrasse um futuro “escuro” e “nebuloso” a que era inevitável fugir, a não ser que alguns dos mais conscientes e cívicos cidadãos desta monarquia parlamentar, dependentes havia perto de três séculos da dinastia da “Casa de Bragança”, começassem a almejar outro regime mais laico e reformador, como o da República, que viesse “salvar” o que ainda restava deste último império ainda muitas vezes ignorado, algumas vilipendiado, mas certamente querido por aqueles que continuavam a ver nele o pretexto para recriarem “novos Brasis” em África. Nem que para isso, segundo o jornal da Guarda, houvesse necessidade de olhar, em última instância, «para a união ibérica, como o único meio de evitar novas humilhações e de salvar as colónias»¹⁸

¹⁷ *Idem, Ibidem, Districto da..., n.º 629, de 23 de Março de 1890.*

¹⁸ *Idem, Ibidem.*